

Retrato atual do ensino de filosofia e do uso do texto clássico de filosofia nas escolas públicas do Paraná

Current panorama of Philosophy teaching and the use of the Philosophy classic text in Paraná public schools

Wilson José Vieira

Mestrando em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal do Paraná; Professor da Rede Pública de Ensino. Curitiba, PR – Brasil
wilsonjosevieira@yahoo.com.br

Geraldo Balduino Horn

Doutorado em Educação – FEUSP/SP; Professor – UFPR. Curitiba – PR [Brasil]
ghbalduino@gmail.com

Resumo

A compreensão do sentido e lugar do texto clássico de filosofia nas aulas de filosofia do Ensino Médio é a questão central de que trata este artigo. A reinserção da filosofia como disciplina obrigatória do currículo do Ensino Médio em todo território nacional e, particularmente, a forma como vem ocorrendo no Estado do Paraná, foi determinante para a realização da análise proposta. Apresenta-se um diagnóstico sobre o modo como a filosofia está inscrita enquanto disciplina curricular nas escolas públicas paranaenses, bem como uma análise da maneira como os professores entendem o uso do texto clássico nas aulas de filosofia. O levantamento empírico foi realizado entre agosto e dezembro de 2010, a partir de questionários respondidos por 148 (aproximadamente 10%) professores da rede pública de ensino do Estado do Paraná, de um total de 1377 questionários enviados. Em 2010, a disciplina de filosofia, em função da Lei 11.684/08, que torna obrigatório o seu ensino no Ensino Médio, passa a figurar em todas as 1429 escolas com Ensino Médio e, ao menos, em duas séries. Em relação à parte referente ao uso do texto, foi possível depreender que, de alguma forma, os textos de filosofia estão presentes nas salas de aula, mas que nem sempre a formação possibilita condições efetivas de trabalho com o texto filosófico.

Palavras-chave: Ensino de filosofia. Ensino Médio. Metodologia. Textos clássicos de filosofia.

Abstract

The main question of this article is understanding the meaning and place of the Philosophy classic text in Philosophy classes of High School. The reintegration of Philosophy as a compulsory subject in High School curriculum throughout the national territory and particularly how it has been happening in the State of Paraná, was crucial to the analysis proposed. It presents an assessment of how Philosophy is listed as a curriculum subject in public schools in Paraná, as well as an analysis of how teachers understand the Philosophy classic text use in classes. The empirical survey was conducted from August to December 2010 from questionnaires answered by 148 (approximately 10%) teachers from public schools in the state of Paraná, a total of 1,377 questionnaires were sent. In 2010, according to the Law 11.684/08, the Philosophy teaching in High School is compulsory. Then, it is presented in all 1429 schools with High School at least in two series. Concerning to the use of the text, it was possible to conclude that somehow the Philosophy texts are present in classrooms, but not always training makes possible conditions for effective work with the philosophical text.

Key words: Philosophy Teaching. High School. Methodology. Philosophy classic texts.

1 Introdução

A disciplina de filosofia nunca esteve, na história da educação brasileira, presente com regularidade e constância no currículo de Ensino Médio. Sua ausência é tão ou mais marcante que sua presença. Pode-se dizer até mesmo que poucas foram as disciplinas que, na última década, provocaram tantos debates relativos ao “o quê, como” e “para que” ensinar quanto à disciplina de filosofia. Como afirma Leopoldo e Silva (1993, p. 797),

Refletir sobre o ensino da Filosofia é também, inevitavelmente, repor a questão das relações entre Filosofia e Educação. Isto porque a inserção da Filosofia no currículo escolar aponta sempre para uma determinada concepção de *formação* e para determinado tipo de coordenação educacional que representa na prática os propósitos de uma concepção pedagógica. Por isso a Filosofia talvez seja a disciplina que mais intensamente sofreu as conseqüências das mudanças históricas do ideário pedagógico, e também aquela cujo ensino esteve mais sujeito às vicissitudes decorrentes das transformações históricas na relação entre política e educação.

A lei¹ que torna obrigatória a presença da disciplina de Filosofia no Ensino Médio decorre de um posicionamento político-pedagógico que visa formação diferente da implantada durante, principalmente, a ditadura militar e na qual se buscava construir um modelo educacional fundamentalmente instrumental em detrimento das humanidades. O que se buscava, naquele momento histórico, era um tipo de educação voltada ao mercado de trabalho e não para a formação do pensamento, da sensibilidade e da reflexão.

A inserção da disciplina de filosofia na grade curricular do Ensino Médio é fruto de uma longa reivindicação dos educadores e da sociedade brasileira, uma vez que a implementação desta disciplina pressupõe a tendência de se superar uma educação tecnicista e instaurar um espaço privilegiado de reflexão e debate em torno do sentido do saber escolar e das instituições educacionais.

Muitos são os argumentos utilizados para a implementação da Lei 11.684/08 e, em consequência, para a legitimação da filosofia no Ensino Médio. Segundo as Diretrizes Curriculares de Filosofia do Estado do Paraná, a discipli-

na de filosofia oferece alguns instrumentos conceituais e teóricos fundamentais para a compreensão da complexidade da sociedade atual, de suas relações de trabalho e do papel de cada um nesse contexto multifacetado (PARANÁ, 2008). A inserção da filosofia oferece também a possibilidade de outras disciplinas (Química, Física, História, Matemática etc.) repensarem sua própria orientação e o papel que cumprem na formação dos estudantes.

Algumas dificuldades, no entanto, se apresentam em relação à afirmação da filosofia, enquanto disciplina curricular. Podemos apontar a não existência de um mercado de trabalho para os docentes de filosofia no ensino médio brasileiro concorreu para as más condições, no que tange à qualidade e quantidade da formação pedagógica desses profissionais. A ação docente dos profissionais se choca com a falta de tradição de um ensino de filosofia e tal questão gera dificuldades, tanto pedagógicas quanto organizacionais, para a efetiva consolidação desta disciplina dentro e fora das salas de aula.

Enquanto disciplina obrigatória no currículo, a filosofia se insere em um espaço que era preenchido anteriormente por outras disciplinas e estas passam a questionar a legitimidade da filosofia no Ensino Médio. O período de ausência de um espaço curricular legal e legítimo gerou a falta de produção e diversificação de materiais didáticos adequados (linguagem, conteúdo e método). Talvez o aspecto mais nefasto do longo afastamento da filosofia dos currículos escolares seja o total desconhecimento, por maior parte da sociedade, das questões e conteúdos filosóficos, ou seja, o desconhecimento gera o não reconhecimento formativo da disciplina para o currículo do Ensino Médio.

Com a obrigatoriedade da filosofia no currículo escolar, uma série de elementos inerentes à sua inclusão no “espaço escolar” emerge, principalmente quanto à sua “mediação”. Conforme assinala Horn (2010), trata-se agora de legitimar a presença da filosofia, não apenas como mais uma disciplina no currículo, mas, sim, como um saber que busca contribuir com a formação dos estudantes. O regresso da filosofia ao Ensino Médio instaura uma série de indagações por parte, principalmente, dos que ministrarão essas aulas. Uma das interrogações centrais diz respeito ao sentido e lugar do texto clássico de filosofia nas aulas de filosofia nesta modalidade de ensino.

Sem dúvida, um dos aspectos essenciais e ainda pouco explorados quando se trata do ensino de filosofia diz respeito ao uso do texto clássico de filosofia. É

lugar comum a ideia de que a leitura e a escrita são aspectos indispensáveis para o exercício da filosofia, no entanto, como afirma Severino (2009, p. 71),

[...] a educação e a aprendizagem desenvolvidas pela mediação do ensino constituem-se como efetivas práticas de leitura e de escrita do mundo por meio da abordagem dos diferentes discursos que a cultura humana pronuncia sobre esse mundo e de sua reelaboração por um discurso pessoal.

Esta ideia constitui um consenso entre os que tratam do ensino de filosofia: as aulas de filosofia ou, o ensino de filosofia, devem passar, de alguma maneira, pela leitura dos textos clássicos de filosofia. O não consentimento quanto ao uso desses textos está na forma como serão tratados em sala com os estudantes, em sua importância e inserção no contexto da sala de aula, nos critérios de seleção, na mediação, entre outros aspectos.

O objetivo deste trabalho é buscar compreender o sentido e o lugar do texto clássico de filosofia nas aulas de filosofia do Ensino Médio do Paraná. Para a análise e compreensão desta questão e de outras relacionadas ao ensino de filosofia foi elaborado um questionário e enviado para os professores que ministram aulas de filosofia, formados ou não nesta área.

2 O ensino de filosofia e o uso do texto filosófico nas escolas públicas do Paraná

A análise que segue procura situar e atualizar o modo como a filosofia está inscrita no currículo do Ensino Médio das escolas públicas paranaenses, sob o ponto de vista das condições profissionais e de formação do professor.

Inicialmente, apresenta-se um diagnóstico sobre o perfil dos(as) professores(as) que ministram aulas de filosofia: o regime de trabalho; a formação acadêmica; o tempo de atividade docente e o tempo que lecionam filosofia. Os dados levantados no segundo semestre de 2010 são comparados à pesquisa realizada em 1999². Em seguida, parte-se para uma análise acerca do sentido e lugar do texto clássico, nas aulas de filosofia. Os dados doravante apresentados foram obtidos a partir de questionários enviados via correio ele-

trônico a professores da rede pública estadual de ensino do Paraná e, também, de questionários respondidos em um encontro (O ensino de filosofia em foco: diálogos em construção) promovido pelo NESEF³, de 8 a 10 de dezembro de 2010, na Universidade Federal do Paraná, com a participação de 120 professores da rede pública de ensino. Ao todo foram, efetivamente, enviados 1277 *e-mails*⁴ dos quais 135 retornaram com respostas, representando, assim, 10,5% do total de *e-mails* enviados. A coleta também ocorreu de forma manuscrita no encontro acima citado. Dos 120 participantes, 13 responderam ao questionário, correspondendo a 10,8%.

Ao todo foram enviados e entregues 1377, dentre eles 100 questionários impressos, e se obteve a resposta de 148 deles. Importante salientar que no Paraná, durante o ano de 2010, havia 2065⁵ professores ministrando aulas de filosofia. Se compararmos com o número de professores do ano de 2009, temos 337 professores a mais, crescimento de 19,5%, já que neste período tínhamos 1728 professores ministrando aulas de filosofia. Assim, o número de respostas obtidas corresponde a 7,16% do total de professores que ministram aulas de filosofia.

Estes números apontam para um crescimento considerável de professores que ministram aulas de filosofia, formados, ou não, em filosofia, pois em 2009 havia no total 1728 professores ministrando essas aulas. Destes, 341 eram do quadro próprio. Em 2010, com a ampliação da carga horária, o estado passou a ter 337 professores a mais, ou seja, um crescimento de 19,5%. Assim, o número de respostas obtidas corresponde a 7,11% do total de professores que dão aulas de filosofia. Importante também ressaltar, para fins de legitimidade e validade da pesquisa, que dos 32 Núcleos Regionais de Ensino (NREs) existentes até então, no Paraná, as respostas vieram de 24 núcleos⁶ diferentes.

Os dados apresentados, a seguir, buscam compreender e explicitar os seguintes elementos: o perfil dos (as) professores (as) que ministram aulas de filosofia considerando-se os seguintes aspectos: a) o regime de trabalho; b) formação acadêmica; c) tempo de atividade docente e o tempo que leciona filosofia; o uso de materiais didáticos nas aulas de filosofia: materiais didáticos que utiliza nas aulas; utilização do texto clássico de filosofia; se a formação forneceu condições para se trabalhar o texto clássico em sala de aula; se o planejamento prevê o uso do texto clássico de filosofia; quais os critérios utilizados na escolha do texto; qual método ou métodos utilizados no uso do texto; as dificuldades encontradas no uso do texto; os resultados pedagógicos observados a partir do uso do texto.

2.1 Retrato do ensino da filosofia no Paraná em 2010

Em relação ao perfil dos(as) professores(as) que ministram aulas de filosofia, os dados apontam para a seguinte análise: sobre o “regime de trabalho” verificou-se que 77 (52%) professores são do Quadro Próprio do Magistério (QPM) e 71 (48%) são contratados por Processo Seletivo Simplificado (PSS).

No Estado do Paraná ocorreram concursos públicos de provas e títulos para a disciplina de Filosofia nos anos de 1951, 1991⁷, 2004 e 2007. O número de vagas destinadas para cada disciplina nos concursos realizados pela Secretaria de Estado da Educação não foi fixado tendo como base a carência efetiva de cada disciplina, ou seja, o número de professores necessários para sanar o déficit de professores, nesta, ou naquela disciplina e, sim, de acordo com a demanda existente no ano anterior e, principalmente, levando em consideração o número de professores que ministravam aulas na disciplina e que não eram formados especificamente na área. Por exemplo, em 2004 foram ofertadas 172 vagas e, no concurso realizado em 2007 – no qual foram disponibilizadas 188 vagas –, a demanda existente (hora/aula) era muito superior ao número de vagas ofertadas. Isso pode ser observado no Quadro 1, elaborado pelos técnicos responsáveis pela disciplina, na Secretaria de Estado da Educação, no ano de 2007, a partir de relatório enviado pelos NREs. Os critérios apresentados pelo RH (Recursos Humanos) da Secretaria de Estado da Educação, em relação à oferta de vagas para as disciplinas não são claros. Segundo informações obtidas no departamento do RH, o critério utilizado, por exemplo, para a ampliação de vagas do concurso de 2007 decorre da necessidade de cada disciplina e do fato de que coube a cada NRE fazer este levantamento, tendo em vista a “vaga real”. Porém, ao observarmos os dados, principalmente em relação à ampliação da carga horária da disciplina de Filosofia⁸ nos últimos anos, tal afirmação torna-se descabida.

De acordo com a APP (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná), coube a cada NRE efetuar o levantamento de vagas e a sua necessidade real de ampliação para cada disciplina. Também que não era possível afirmar a efetiva necessidade, principalmente o número de vagas necessárias. A única certeza era de que o número de vagas ofertadas está distante da realidade das escolas paranaenses.

A observação atenta do Quadro 1 e a sua respectiva relação com a Deliberação 03/08 constata a necessidade de contratação de pelo menos três vezes mais professores. Se, em 2004, foram abertas 206 vagas, como se explica que, em 2007, com a ampliação do número de aulas de filosofia se ofereçam apenas 188 vagas? Quais seriam os critérios para se chamar 327 professores de Geografia, 376 de Educação Especial – que está apenas em 154 escolas –, e 188 de filosofia? Mais grave ainda é a situação da disciplina de Sociologia.

O Quadro 1, a seguir, foi elaborado pela equipe Técnico-Pedagógica da Secretaria de Estado da Educação, em Julho de 2007. Os números foram obtidos junto aos representantes da disciplina de Filosofia dos 32 NREs.

Os dados oficiais de 2007, porém, apontam para os seguintes números: 820 professores efetivos de filosofia (QPM), 371 em regime especial (PSS), totalizando 1.131 professores, portanto o Estado careceria de, ao menos, mais 371 vagas. Em 2003, portanto, antes dos concursos de 2004 e 2007, tínhamos um total de 392 professores de filosofia, sendo 147 professores efetivos (QPM), 161 CLT e 84 Paranaeducação (Serviço Social Autônomo Paranaeducação).

No que tange à “formação acadêmica”, os profissionais que ministram aulas de filosofia são, em sua maioria, 94 especialistas (64%), 34 (23%) graduados, 19 (12%) com mestrado e, 1 (0,7%) com doutorado. Vigora no Estatuto do Magistério a elevação de nível e, conseqüentemente, de salários, para os professores que possuem pós-graduação, inclusive o acesso ao Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE⁹). Observando a tabela de vencimentos dos professores estaduais, verificamos que um professor com especialização (Nível II, classe 1) recebe salário 25% maior do que aquele que possui apenas a Licenciatura Plena (Nível I, classe 1). Se compararmos os vencimentos dos professores que possuem Especialização (Nível II, classe 1), com o daqueles que ascenderam ao PDE (Nível III, classe 1), o aumento salarial é de 71%.

Quanto à natureza do curso de graduação, observou-se que, destes, 58,1% (86) são formados em filosofia, 14,2% (21) em Pedagogia, 13,5% (20) em História, 2% (3) em Ciências Sociais, 0,7% (1) em Letras, 0,7% (1) em Jornalismo e 10,8% (16) não responderam. O que se verifica com estes dados é o aumento, – ainda que a demanda seja maior –, do número efetivo de professores formados em filosofia.

Os dados também apontam que 62,2% (92) dos professores pesquisados iniciaram a atividade docente na última década; 21,6% (32) na década de 1990;

Núcleo Regional de Ensino	Nº de estabelecimentos de ensino, incluindo EJA e Educação Profissional, que ofertam a disciplina de Filosofia	Nº de demanda existente (horas-aula) de filosofia neste NRE	Nº de professores concursados na disciplina de Filosofia
Apucarana	39	232	04
Area metropol. Norte	159	396	30
Área metropol.Sul	93	544	15
Assis chateubriand	17	134	01
Campo mourão	44	333	00
Cascavel	61	324	05
Cianorte	22	170	01
Cornélio procópio	40	206	03
Curitiba	201	436	83
Dois vizinhos	12	98	02
Foz do iguaçu	48	266	06
Francisco beltrão	36	305	02
Goioerê	17	171	00
Guarapuava	39	296	03
Ibaiti	16	134	00
Irati	27	158	00
Ivaiporã	30	166	00
Jacarezinho	29	250	01
Laranjeiras do sul	32	258	00
Loanda	19	154	02
Londrina	86	738	18
Maringá	70	502	12
Paranaguá	29	318	02
Paranavaí	30	208	01
Pato branco	34	254	05
Pitanga	22	130	00
Ponta grossa	59	550	02
Telêmaco borba	27	196	01
Toledo	57	266	12
Umuarama	40	312	01
União da vitória	32	236	01
Wenceslau braz	21	140	01
Totais	1.488	8.881	214

Quadro 1: Demanda de Professores de Filosofia

Fonte: Equipe Técnico-Pedagógica da Secretaria de Estado da Educação (jul. 2007).

6,8% (10) na década de 1980; 4% (6) na de 1970 e 5,4% (8) não responderam. Estes baixos índices ocorrem em função de a atividade docente de 81% dos professores ser recente, uma vez que a maior oferta de cursos de Filosofia no Estado ocorreu quando da obrigatoriedade da filosofia no Ensino Médio. Outro dado a ser destacado é referente à quantidade de disciplinas ministradas pelos professores formados ou não em filosofia. Dos 148 professores consultados, apenas 50 (33%) trabalham somente com filosofia. A maioria dos professores ministra também, seguindo a ordem, História, Sociologia, Ensino Religioso, Arte e Geografia. Importante ressaltar que esta situação se estende a outras disciplinas, por força de um problema estrutural, burocrático, que não “pensa” o aspecto pedagógico. Existem situações em que professores de Matemática ministram aulas de Física. Mais grave ainda (e isto atesta a incompetência do sistema no que tange à distribuição de aulas) é o fato de existirem alunos que acabaram de iniciar a graduação que foram contratados e estão ministrando aulas, segundo afirmação do próprio Secretário de Educação, de forma precária.

2.2 Sobre o uso de materiais didáticos nas aulas de filosofia

“Em relação ao uso de materiais didáticos nas aulas de filosofia” verificou-se que os professores utilizam em suas aulas diferentes materiais, destacando que 93% utilizam-se do *Livro didático público de Filosofia*¹⁰, distribuído pela Secretaria de Estado da Educação, acompanhado dos seguintes livros didáticos de introdução à filosofia: *Convite à Filosofia* (Marilena Chauí), *Filosofando* (Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins), *Fundamentos de Filosofia* (Gilberto Cotrim), *História da Filosofia* (Giovanni Reale e Dario Antiseri) e *Temas de Filosofia* (Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins). Em visita às grandes livrarias de Curitiba, os livros citados pelos professores da Rede Pública de Ensino do Estado são os mais vendidos. O livro *Convite à Filosofia*, de Marilena Chauí, o mais citado e, possivelmente, após o *Livro didático público* o mais utilizado, posto que já está na 14ª edição; O *Filosofando – Introdução à Filosofia*, na 4ª edição; o livro *Fundamentos de Filosofia*, de Gilberto Cotrim, com 16 edições. Segundo Oliveira, referindo-se a um dos livros didáticos de filosofia mais vendidos,

[...] o grande número de edições de um livro sucinto e objetivo como o *Tratado dirigido de Filosofia* (16 edições até o ano de 1998) foi também considerado um indicativo da grande difusão desse tipo de obra. Isso talvez se explique pela natureza do livro: os conteúdos são apresentados em textos resumidos que induzem o aluno às respostas consideradas corretas. (OLIVEIRA, 2004, p. 254).

Os professores também apontaram que utilizam fragmentos de textos clássicos de filosofia, retirados de *sites* da internet, da “Coleção Os Pensadores”. Os principais autores e textos utilizados são: Filósofos pré-socráticos; de Platão, *A República* (Livro VII), o *Banquete* e *Teeteto*; de Aristóteles, *Ética a Nicômaco*; de Santo Agostinho, *As Confissões*; de Descartes, *O discurso do método*; de Maquiavel, *O Príncipe*; de Rousseau, *O contrato social*; de Kant, *O que é esclarecimento? Introdução da crítica à razão pura*; de Marx, *Manifesto* e *O capital*; de Sartre, *O existencialismo é um humanismo*; de Hobbes, *O Leviatã*; de Nietzsche, *Aurora, além do bem e do mal, Verdade e mentira no sentido extra-moral*; de Voltaire, *Cândido*. Foi também muito destacado pelos professores a chegada às escolas da *Antologia¹¹ de Textos Clássicos de Filosofia*, disponibilizada pela Secretaria de Estado da Educação. Além dos textos de filosofia, os professores procuram utilizar diferentes recursos de mídia, tais como trechos de vídeos relacionados ao conteúdo, imagens, músicas, *sites* de filosofia e da TV Multimídia.

“Quanto à presença do texto clássico na aula de filosofia”, percebeu-se que 61% (90) dos professores apontaram que “às vezes” usam o texto clássico em suas aulas, 37% (55) “sempre” usam o texto clássico, 1,3% (2) “nunca usam” o texto e, 0,7% (1) não respondeu. As justificativas principais apontadas pelos professores quanto ao uso ou não do texto clássico de filosofia foram as seguintes: o tempo destinado à disciplina de Filosofia é pouco; de que a disciplina necessita de mais tempo (horas/aula) para que se consiga desenvolver um bom trabalho utilizando-se dos seus textos clássicos; os alunos não estão acostumados com os textos de filosofia; estes são muito complexos e difíceis; os estudantes não gostam de ler; têm dificuldade em se concentrar; que falta hábito de leitura; os professores precisam de melhor formação para “explorar” os textos de filosofia.

Quando perguntados se a formação forneceu elementos ou condições para “trabalhar com os textos clássicos de filosofia em sala de aula”, 45,9% (68) dos professores informaram que sim, 37,8% (56) que a formação forneceu em parte elementos, 10,8% (16) que não forneceu e, 5,5% (8) não responderam a questão. As respostas e a análise das respostas podem ser divididas em dois grupos de professores: Primeiro, o grupo com formação em filosofia e o segundo, de professores não formados em filosofia. As principais justificativas apresentadas pelo primeiro grupo são de que, na graduação, os professores de filosofia não estavam preocupados com a Licenciatura, alguns até relataram que esta opção não era bem vista, porque o foco era a pesquisa, ou seja, não havia nenhuma preocupação em formar professores de filosofia para o Ensino Médio e, sim, pesquisadores. Outro elemento importante observado é o de que, na graduação, se trabalhou mais a didática geral que propriamente o trabalho com os textos clássicos de filosofia e, que as aulas eram mais apresentação de esquemas, a partir de comentadores. Foram raros os casos, porém existiram, nos quais se percebeu que a formação forneceu elementos para o trabalho com os clássicos. Quanto ao segundo grupo, dos não formados em filosofia, o que se observou, – pelo fato de terem formação em outra área e de esta não requerer especificamente o uso do texto clássico –, é que não tiveram qualquer formação quanto ao uso do texto com os estudantes. Importante destacar que os professores(as), formados ou não em filosofia, têm buscado o aprimoramento de seu trabalho com o texto filosófico, a partir de leituras, de cursos de formação e principalmente da prática. Existe a constatação da importância e necessidade do uso do texto clássico por parte da maioria dos professores, porém a formação deixou muito a desejar quanto a este aspecto.

No que tange à “presença do texto clássico no planejamento”, 85% (125) dos professores preveem o uso do texto, e 14% (21) não; 1% (2) não respondeu. As respostas dadas para a não-presença do texto, no planejamento ou plano de trabalho docente, é de que o texto é desinteressante, maçante aos estudantes e nem sempre é possível trabalhar em razão da falta de requisitos cognitivos dos alunos. Também o fato de que a atuação em sala de aula gerou desânimo, de que os estudantes se recusam a pensar e de que as aulas nunca ocorrem de acordo com o que é planejado. A falta de material, no caso textos, é elemento também apontado. Muitos professores se referiram à *Antologia de textos filosóficos* como uma forma de se resolver esta situação. A maioria

dos professores afirma que, em seus planejamentos, os textos clássicos de filosofia estão presentes.

3 Utilização do texto clássico de filosofia nas aulas

As escolhas feitas refletem o entendimento que os sujeitos, aqui no caso os professores que ministram aulas de filosofia, possuem da disciplina e de como ela pode e deve ser trabalhada com os estudantes de Ensino Médio.

Um dos primeiros elementos desenvolvidos na pesquisa foi relativo ao uso de materiais didáticos nas aulas de filosofia. A escolha dos livros didáticos apresentados nos revela um aspecto comum entre os autores dos livros e os professores que ministram aulas de filosofia e que optam por estes materiais, o de que na grande parte dos livros se observa uma, de acordo com Oliveira (2004, p. 255), “[. . .] pequena incidência de extratos mais longos dos filósofos aos quais as obras se referem [. . .]” Ou seja, tal como os autores, os professores consideram a leitura das fontes originais, dos textos considerados clássicos, uma atividade muito difícil, pouco interessante ao estudante, sendo mais produtiva a exposição da ideia do filósofo.

Para Oliveira estas escolhas geram inegáveis prejuízos aos estudantes, pois,

Na medida em que toda exposição das ideias de outrem não deixa de estar impregnada pela visão de mundo do expositor, a ausência de confronto entre a fala original do filósofo e a paráfrase feita pelo autor do livro faz que o leitor (professor, leigo ou aluno) fique preso a uma única versão daquele pensamento, considerada como palavra final e indiscutível. Se, por um lado, certas sistematizações e sínteses podem de fato facilitar a tarefa do professor e tornar a leitura menos árida para o leitor, por outro, muitas vezes, reduzem a riqueza e a amplitude das concepções filosóficas tratadas, além de enquadrar os pensadores em modelos rígidos: realistas, idealistas, metafísicos, etc. Tudo isso acaba por difundir visões aligeiradas e mesmo preconceituosas acerca de muitos filósofos. (OLIVEIRA, 2004, p. 255).

A filosofia é, fundamentalmente, uma experiência de pensamento, de reconstrução de argumentos, de confrontação de teses e tal experiência apenas se realiza quando retomamos por conta própria o pensamento pensado. Segundo Folscheid (2006, p. 8) não se pensa por procuração, pensar é uma ação que não se aprende, não se pode comprar o pensamento, tal como um produto. A iniciação ao pensamento passa pela leitura dos textos filosóficos. “É preciso conhecer, mas para pensar, e não conhecer por conhecer. Ao fim e ao cabo, é preciso que o pensamento repensado seja integralmente digerido, integrado.” (FOLSCHEID, 2006, p. 10). A questão que se coloca então é a seguinte: “como realizar uma experiência de pensamento, efetivamente filosófica, sem que ocorra um contato com os textos clássicos de filosofia?” É fundamental a leitura dos textos filosóficos, evitando dogmatismos, visões pouco fundamentadas e pobres, para que se desenvolva nos estudantes o filosofar.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é que o trabalho filosófico não é algo que gera resultados imediatos.

A formação filosófica não segue a lógica do mercado, não é algo mágico, instantâneo. Existe a necessidade de paciência, disciplina e empenho para que se efetive, ainda que nunca totalmente, o desenvolvimento de um pensamento autônomo, independente. Os resultados que seguem apontam para um longo caminho ainda a ser percorrido no processo de afirmação da disciplina de filosofia no Ensino Médio paranaense e brasileiro.

Apresentaremos, a seguir, as respostas dos professores e as possíveis interpretações relacionadas aos seguintes elementos: “critérios para a seleção, método(s), estratégia(s), dificuldades e resultados pedagógicos” quanto ao uso dos textos clássicos de filosofia com os estudantes de Ensino Médio.

Quanto aos “critérios utilizados para a seleção dos textos clássicos de filosofia” os principais elementos que influenciam na escolha do texto de filosofia são os seguintes: primeiramente que o texto esteja relacionado ao conteúdo trabalhado em sala, que tenha relação com o “tema” que está sendo desenvolvido com os estudantes. Por exemplo, se o professor está trabalhando com o conteúdo estruturante “Ética” ocorre a inserção de trechos de *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles. Se for relacionado à liberdade, buscam-se excertos de *Existencialismo é humanismo*, de Sartre, e assim por diante. Outro aspecto também importante é de que o texto deve ser acessível ao estudante. O texto deve possuir uma linguagem acessível, pouco complexa, de fácil interpretação,

adequada ao estudante de Ensino Médio. Na escolha do texto é importante também que exista relação deste com a realidade do estudante, ou seja, que o texto possibilite discussões e debates com questões da atualidade, com problemas do cotidiano dos estudantes, com suas condições sociais. Alguns itens ainda citados apontam para o uso de textos que “caem” no “vestibular” e textos de que o professor tenha domínio, que tenha estudado na graduação.

Muitos professores afirmaram que o uso do texto clássico de filosofia em suas aulas está relacionado aos textos ou conteúdos exigidos pelos principais programas das universidades paranaenses. Analisando os programas das principais universidades do Paraná (UEL, UEM, UFPR e PUC) e seus respectivos parâmetros para a prova de filosofia e, principalmente, buscando averiguar a presença, critério etc., quanto ao texto clássico de filosofia, constataram-se as seguintes questões:

Na Universidade Estadual de Londrina (UEL) não existe a listagem de textos de filosofia e sim o estabelecimento de três eixos temáticos referentes às questões ético-políticas, epistemológicas e estéticas. O enfoque dado na prova de filosofia é um tratamento interdisciplinar e contextualizado dos conhecimentos de filosofia. Assim, a prova de filosofia da UEL é orientada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, que afirmam ser função da filosofia, no Ensino Médio, o trabalho com conteúdos necessários ao exercício da cidadania. Importante salientar que a prova de filosofia ocorre no segundo dia, na segunda fase, e que visa avaliar determinados conhecimentos específicos relacionados à escolha do curso.

No programa da Universidade Estadual de Maringá, a prova de filosofia ocorre na primeira fase do vestibular, portanto todos os alunos fazem a prova. As questões de alternativas múltiplas são elaboradas em uma perspectiva interdisciplinar e o enfoque dado, não apenas à prova de filosofia, é de que o estudante possua capacidade de organizar ideias; utilize-se do raciocínio em detrimento da memorização; da capacidade de estabelecer relações; de criticar e de interpretar dados e fatos; de que possua competência para a leitura e compreensão de textos de diferentes áreas e capacidade de expressar por escrito ideias e conhecimentos dos mais diferentes gêneros.

Na Universidade Federal do Paraná, a prova de filosofia ocorre na segunda fase do processo seletivo e de acordo com o curso escolhido. No ano de 2010 apenas os candidatos aos cursos de Direito, Filosofia e Psicologia fizeram prova específica de filosofia. A prova é constituída de 10 questões discursivas e formu-

ladas a partir de uma lista de textos clássicos da história da filosofia. Segundo o Núcleo de Concursos (Disponível em: <<http://www.nc.ufpr.br>>. Acesso em: 22 abr. 2011), o estudante é avaliado a partir da identificação e compreensão de “teses, argumentos, conceitos, polêmicas e problemáticas filosóficas presentes nos textos ou deles decorrentes.” É exigido também que o estudante tenha conhecimento das circunstâncias históricas inerentes aos textos indicados e principalmente a “capacidade de compreender e discutir textos filosóficos no contexto das questões e dos debates clássicos da filosofia”.

A prova de filosofia do vestibular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC) ocorre na primeira etapa. As questões são objetivas de múltipla escolha e visam avaliar a capacidade do estudante em compreender a partir de textos clássicos da história da filosofia e de elementos que envolvem a existência humana tais como a ética, a política e o conhecimento.

No tocante à questão de “como” o professor utiliza o texto clássico de filosofia, se utiliza algum “método ou métodos específicos”, as respostas apresentadas pelos professores foram diversas, porém se constata algumas afirmações gerais que norteiam o trabalho com o texto. As principais estratégias apontadas foram as seguintes: leitura e explicação do texto; leitura individual e coletiva, junto com os alunos; leitura, compreensão e interpretação; leitura e debate, com discussão do texto; leitura com perguntas reflexivas, direcionadas; leitura e comentário parágrafo a parágrafo; leitura individual e produção de textos; leitura, compreensão, discussão e produção de texto; leitura silenciosa, individual, para que tenham um primeiro contato com o texto; identificação do autor, de quando e onde foi escrito; compreensão do vocabulário; leitura comentada; debate e posterior registro das ideias centrais no caderno; leitura e apontamentos para a reflexão; leitura e apresentação de vídeos e músicas relacionadas ao tema; leitura e explicação do texto por partes, com a ajuda de esquemas; leitura individual, os alunos anotam as dúvidas, palavras desconhecidas e, em seguida, ocorre o momento da explicação e esclarecimento dos textos; apresentação do problema filosófico, contextualização, seleção de fragmentos de textos, principalmente aqueles que geram polêmica, leitura, discussão e interpretação dos conceitos; formulação de perguntas que visam a melhor compreensão do texto, discussão em grupos, direcionamento do debate a partir de algumas questões, tais como: todos concordam com os argumentos do

filósofo? O problema foi resolvido com base nas teorias e conceitos apresentados pelo filósofo? As ideias do filósofo foram relevantes quanto ao tema estudado?

A leitura dos textos clássicos de filosofia exige, segundo Severino (2009, p. 7), a incorporação de certas orientações, pois a leitura desses textos não é feita de forma natural, espontânea e sim requer método, intervenção sistematizada. Com certeza a posse de um método é elemento facilitador para a leitura dos textos de filosofia.

Método, segundo Abbagnano (1982, p. 640), é um procedimento de investigação ordenado, repetível e autocorrigível, que garanta a obtenção de resultados válidos. No sentido aqui apresentado, método, para Cossuta (2001, p. 1), tem o significado de “[...] conselhos destinados à explicação do texto. O método, nesse caso, é constituído por um conjunto de receitas, de como fazer, que cada professor elabora ao generalizar seus próprios hábitos de leitura.”

Segundo Cossuta (2001, p. 3), seguindo aconselhamento de Wittgenstein, “[...] toda obra filosófica elabora ou pretende elaborar as condições de sua própria validade e, portanto, enuncia as regras da leitura que se pode fazer dela.” Ou seja, cada texto tem sua característica própria para facilitar a leitura e interpretação, “[...] cada filosofia explicita as condições de possibilidade ou de impossibilidade de sua leitura [...]” (Ibidem, p. 3).

A variedade de respostas apresentadas nos coloca a seguinte situação: não existe um método específico, e isto em decorrência da formação ou da não formação, dos professores que ministram aulas de filosofia. Os professores parecem repetir a afirmação de Cossuta apresentada anteriormente. Tal questão, por sua vez, não impede que se possam encontrar procedimentos comuns e estar de acordo com experiências comuns.

O que se observou também é o fato de que a história da filosofia, o lugar e o tempo do conhecimento filosófico, não são tratados de forma filosófica. O que se percebe são a constatação e o registro de dados, fatos, acontecimentos, sem que se efetive a descoberta de um pensamento filosófico.

Os professores apresentaram várias “dificuldades quanto ao uso do texto clássico de filosofia com os estudantes”. De forma geral, tais dificuldades estão diretamente relacionadas a deficiências básicas existentes na educação pública brasileira e paranaense. Os principais obstáculos apontados foram os seguintes: os alunos não possuem o hábito de leitura; não gostam de ler e, conseqüentemente, apresentam dificuldade em interpretar, compreender o texto, pois não

possuem vocabulário mínimo; os estudantes não estão interessados em ler; os textos de filosofia são muito complexos, difíceis de compreender, são abstratos demais; que os textos não têm aplicação prática, não se usa na realidade, estão distantes do cotidiano dos estudantes.

O que se observa nas respostas é uma polarização. De um lado temos o aluno que não possui as mínimas condições de entendimento de um texto de filosofia, destacando-se a carência de conhecimento e entendimento dos vocábulos, que gera a dificuldade em interpretar o texto e a falta de interesse quanto à leitura. Do outro lado, temos a ideia de que os textos são complexos, difíceis de serem compreendidos. É constatado, a partir de diferentes índices, que no Brasil os estudantes leem mal e escrevem mal. Os atos de ler e escrever ainda são desenvolvidos na escola de forma dicotomizada. Segundo Kato (2007, p. 6), em nossas escolas existe uma “[...] excessiva preocupação com a escrita e pouca atenção [...] para o desenvolvimento da leitura [...]”

Quanto aos “resultados pedagógicos” observados com o uso do texto clássico de filosofia, os professores apontaram que os alunos melhoram o vocabulário, que ocorre uma melhor interpretação e compreensão dos textos; que os alunos se tornam mais críticos quanto à realidade, pensam melhor os problemas sociais; que ocorrem também uma maior autonomia do pensamento e um discurso melhor elaborado, com uma melhor articulação das ideias; de que os alunos conseguem reconstruir conceitos, deixando a mera opinião, e desenvolvem o gosto pelas questões filosóficas. Alguns professores relataram que os resultados são lentos e que os alunos ainda não estão “preparados” para ler os textos de filosofia, pois não existe tradição escolar em trabalhar textos complexos, e que poucos compreendem o texto.

4 Em busca de um sentido e de um lugar para o texto clássico nas aulas de filosofia

A filosofia é, segundo Comte-Sponville, “[...] uma prática discursiva, razoável e abstrata” (2005, p. 9). Qualquer filósofo, para ser considerado filósofo, deve se utilizar de “palavras, de conceitos, de raciocínios”. A filosofia é essencialmente “pensamento linguageiro” [...]. “Filosofia se faz por discursos e raciocínios”. Assim, é de fundamental importância, para que se efetive uma iniciação filosófica

nos estudantes, uma familiarização com aquilo que é o âmago da filosofia: o discurso filosófico.

Porque a filosofia é um discurso dotado de características próprias, a iniciação a ela encontra um caminho seguro no ensino da leitura dessa modalidade de discurso, a fim de que os alunos aprendam a descobrir, no movimento e na ordenação das ideias de um texto, a lógica que sustenta a palavra filosófica para que possam analisá-la e comentá-la, primeiro, e interpretá-la, depois. (CHAUÍ, 2009, p. 12)

Percebe-se o consenso quanto à importância e o necessário uso do texto. Talvez a questão a ser melhor debatida e mais bem fundamentada seja a de como inserir tais textos no trabalho cotidiano em sala de aula com os estudantes de Ensino Médio, haja vista as inúmeras dificuldades já apontadas repetidas vezes pelos professores.

Assim sendo, conforme afirmado no início do texto, um dos elementos fundamentais relativos ao ensino de filosofia é quanto ao uso do texto de filosofia. Afinal qual o lugar e o sentido do texto clássico? Qual a importância do texto clássico de filosofia nas aulas de filosofia do Ensino Médio? Quais critérios e estratégias utilizadas pelos professores em suas aulas? Quais as principais dificuldades encontradas pelos professores no uso do texto em suas aulas? O uso do texto tem possibilitado resultados positivos? As possíveis respostas a essas questões são fundamentais para o processo de legitimação¹² da filosofia no Ensino Médio.

Qualquer que seja a abordagem filosófica, se por temas, problemas ou histórica, o professor sempre deverá levar em consideração o uso do texto clássico de filosofia. Enfim, de alguma forma ou em algum momento, o professor deve utilizar o texto clássico de filosofia.

Pode-se dizer com certa segurança que se tornou lugar-comum nos círculos acadêmicos e nos debates sobre o ensino de Filosofia a defesa do uso do texto filosófico nas aulas de Filosofia do Ensino Médio. O que certamente não constitui unanimidade é o modo como essa apropriação deve ser realizada, seja do ponto de vista dos critérios para seleção dos textos, seja do modo como os mesmos

devem ser tratados do ponto de vista da transposição didática. (HORN, 2010, p. 29).

Neste processo, “o professor” é extremamente importante, pois ele terá de articular uma série de elementos para viabilizar um efetivo trabalho com o texto filosófico, ou seja, o professor será o mediador deste processo e deverá possuir algumas características fundamentais, tais como: domínio teórico do assunto, habilidade na condução da aula e no trato do texto e criatividade.

Segundo Saviani (2007, p. 446-447), na década de 1990, ocorreram reformas neoconservadoras no ensino, tendo como referência a lógica do mercado. Tal lógica vigora hoje com maior força e exerce em determinadas disciplinas, caracterizadas historicamente pela radicalidade, reflexividade e criticidade, maior poder, principalmente quanto ao aspecto pragmático, de utilidade. Existe hoje “o canto de sereia das soluções fáceis” e em Filosofia, assim como no estudo sistematizado e rigoroso, não existem soluções fáceis.

Grande parte dos professores também não ficou imune ao canto de sereia das novas pedagogias nomeadas com o prefixo “neo”. Beneficiadas com uma avalanche de publicações e pela grande divulgação da mídia, as “novas ideias” não deixam de exercer razoável atrativo nas mentes dos educadores. Com isso, a escola foi sendo esvaziada de sua função específica ligada ao domínio dos conhecimentos sistematizados. A descrença no saber científico e a procura de “soluções mágicas” do tipo reflexão sobre a prática, relações prazerosas, pedagogia do afeto, transversalidade dos conhecimentos e fórmulas semelhantes vem ganhando a cabeça dos professores. Estabelece-se, assim, uma “cultura escolar”, para usar uma expressão que também se encontra em alta, de desprestígio dos professores e dos alunos que querem trabalhar seriamente e de desvalorização da cultura elaborada. Nesse tipo de “cultura escolar”, o utilitarismo e o imediatismo da cotidianidade prevalecem sobre o trabalho paciente e demorado de apropriação do patrimônio cultural da humanidade. (SAVIANI, 2007, p. 447).

As Diretrizes Curriculares de Filosofia para o Ensino Médio do Estado do Paraná, por exemplo, atribuem importância fundamental aos textos filosóficos,

[...] os conteúdos estruturantes devem ser trabalhados na perspectiva de fazer com que os estudantes pensem os problemas com significado histórico e social e analisem a partir dos textos filosóficos que lhes forneçam subsídios para que pesquisem, façam relações e criem conceitos. Ainda afirma que, ir ao texto filosófico ou à história da Filosofia não significa trabalhar de modo que esses conteúdos passem a ser a única preocupação do ensino de Filosofia. Eles serão importantes desde que atualizem os diversos problemas filosóficos que podem ser trabalhados a partir da realidade dos estudantes.

A atividade filosófica centrada, sobretudo no trabalho com o texto, propiciará entender as estruturas lógicas e argumentativas, levando-se em conta o cuidado com a precisão dos enunciados, com o encadeamento e clareza das ideias e buscando a superação do caráter fragmentário do conhecimento.

É preciso que o professor tenha uma ação consciente para não praticar uma leitura em que o texto seja um fim em si mesmo. O domínio do texto é necessário. O problema está no formalismo e no tecnicismo estrutural da leitura, que desconsidera, quando não descarta, a necessidade da compreensão do contexto histórico, social e político da sua produção, como também da sua própria leitura. (PARANÁ, 2003, p. 52-53).

Existe, sem dúvida, um enorme campo a ser explorado no que tange o uso do texto clássico de Filosofia. Há questões extremamente complexas que necessitam de estudo e de pesquisa nesse sentido e que, se não forem consideradas, podem ser uma ameaça para o ensino de Filosofia. Lembremos do que nos alerta Comte-Sponville (2001, p. 15):

Hoje corre-se o risco diante da crescente [...] incultura dos alunos, seu domínio deficiente da língua escrita, a desvalorização (de parte

deles, mas também, infelizmente, de muitos colegas) da abstração e do trabalho conceitual, o culto ingênuo da vivência, do concreto e da espontaneidade [...] Tudo isso ameaça, é verdade, tornar em breve nosso ensino quase impossível – ou, em todo caso, sem efeito – e fazer de nossas aulas não mais um lugar de reflexão e trabalho, mas, como já se diz, de intercâmbios, de animação, de comunicação [...] Os debates de opiniões substituiriam então o estudo dos textos, a impaciência presunçosa dos falsos saberes triunfaria sobre a paciência do conceito e a filosofia se apagaria, enfim, diante da filodoxia [...] Seria o triunfo dos sofistas e do grande animal.

Situações como estas nos colocam os seguintes questionamentos: é possível e importante, para o exercício da atividade filosófica, trabalhar com o texto clássico na sala de aula do Ensino Médio? Em que medida e sentido tal trabalho contribui para a experiência filosófica no nível médio? Como fazê-lo, diante da falta de hábito de leitura do estudante, de sua dificuldade vocabular, da complexidade do texto filosófico?

5 Considerações finais

Considerando a análise realizada no percurso do texto, é possível apontar, a título de conclusão, algumas ideias-síntese que poderão ser retomadas em outras reflexões:

- 1) Dificuldades quanto à afirmação da filosofia no currículo: com o retorno da filosofia ao Ensino Médio, diferentes dificuldades relativas ao seu ensino, e que não se circunscrevem apenas à disciplina de filosofia, vem à tona. A presença de determinadas disciplinas na grade curricular e o próprio estabelecimento de um currículo passa, necessariamente, pela compreensão que se tem de educação e pelo tipo de pessoa que se quer formar. Um estudo que privilegia o aspecto tecnicista em detrimento das humanidades aponta na direção da construção de uma sociedade pautada no mercado e para o mercado. Em que condições

ocorre o retorno da filosofia ao Ensino Médio? Sem dúvida, o caráter instrumental do ensino é algo muito presente, bastando observar o significado que os concursos para o vestibular possuem no Ensino Médio. Reconhecemos, também, que muitos obstáculos são apresentados para a efetiva implementação de um saber reflexivo e crítico. O retorno da Filosofia e também da Sociologia ao Ensino Médio significa a afirmação, ainda que ainda de forma muitas vezes simbólica, de uma compreensão de educação enquanto formação, de pensamento sistematizado, de sensibilidade, em vista da descoberta e da admiração.

- 2) Os professores de Filosofia (formação, ensino e pesquisa): observa-se desde a década de 1980 uma crescente proletarização do professor e consequente desvalorização de seu trabalho. Assistimos a uma “taylorização” do ensino se considerarmos que o professor vem sendo retirado da participação das decisões que de fato são importantes, ficando restrito a ser mero agente de execução de regras e ações previamente definidas. Segundo Saviani (2007), assistimos hoje a uma série de ondas de “neo” que visam implementar a cultura do aprender com prazer e afeto em seu sentido mercadológico. Assistimos também a uma crescente responsabilização dos professores quanto à qualidade de ensino, porém tal exigência não repercute em melhores condições de trabalho. O que se percebeu na fala dos professores é a existência de uma forte dissociação entre ensino e pesquisa. Ou seja, a ideia de que na universidade se pesquisa e no Ensino Médio ocorre apenas o repasse de conteúdos, de que os professores de Filosofia do Ensino Médio são os que não apresentam os requisitos intelectuais necessários para avançar na academia. O ensino de Filosofia requer profissionais com formação sólida, tanto filosófica quanto pedagógica, recursos materiais adequados, boas condições de trabalho, como desenvolver um trabalho de qualidade trabalhando em seis escolas, com turmas do Ensino Fundamental ao Médio (5º ao 3º) e ministrando três disciplinas diferentes? (professor 16).
- 3) Leitura dos textos: os estudantes não sabem porque não gostam ou não gostam porque não sabem ler? Não existe ainda uma tradição escolar quanto ao uso do texto clássico de filosofia. A escola ainda privilegia a me-

morização e repetição. A estrutura de ensino privilegia ainda a perspectiva de ensino no qual o estudante é um mero receptor de conteúdos, um ser passivo que deve ser adaptado ao mundo, principalmente, hoje, ao mundo do trabalho.

- 4) Textos de filosofia no vestibular: a presença da filosofia, ou de conteúdos filosóficos, nas mais importantes universidades do Paraná têm possibilitado, ainda que de forma a ser questionada, principalmente as consequências mercadológicas desta presença, a ocupação de um espaço há muito tempo vazio. Analisando os diferentes programas das disciplinas dos vestibulares da UEL, UEM, UFPR e PUC, percebe-se pelos conteúdos apresentados, pela proposta, principalmente da UEL e UEM que fazem a opção pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a não consideração da realidade do estudante de Ensino Médio do Paraná, ou seja, os materiais, livros utilizados pelos estudantes, a proposta de ensino de Filosofia da Rede Estadual de Educação etc.
- 5) Filosofia no Brasil e no Paraná: de 1999 a 2010 (avanços e retrocessos): em 1999 a filosofia estava presente em 460 dos 1018 estabelecimentos de Ensino Médio do Estado. Em 2010 a Filosofia, em função da Lei 11.684/08, que torna obrigatório o seu ensino no Ensino Médio, a disciplina passa a figurar em todas as 1429 escolas com Ensino Médio e ao menos em duas séries.

De 1999 a 2010 foram realizados dois concursos para a disciplina de Filosofia e ofertadas ao todo 394 vagas (206 em 2004 e 188 em vias de contratação em 2007). Em 2007, segundo os dados oficiais, existiam 1.131 professores ministrando aulas de Filosofia, contra 392 em 2003. Assim, os dados quantitativos de 1999 a 2010 mudaram significativamente.

Neste período também ocorreram mudanças importantes quanto ao aspecto de concepção de ensino de Filosofia. Foram realizadas diversas discussões, debates, grupo de estudos, seminários, simpósios, encontros, fóruns, enfim constituídos diferentes espaços no Estado, principalmente nas universidades e escolas, que possibilitaram um desenvolvimento da disciplina.

A elaboração das Diretrizes Curriculares de Filosofia para o Ensino Médio com a participação de professores da Rede de Ensino e de professores de instituições de ensino superior possibilitou o estabelecimento de uma perspectiva de ensino aos professores. Também a construção de outros materiais, tais como o Livro Didático Público, o Ambiente Pedagógico Colaborativo, o portal Dia-a-dia com a página da disciplina e a Antologia de Textos Clássicos, forneceram melhores condições ao trabalho dos professores de filosofia.

Notas

- 1 Lei 11.684, de 02 de junho de 2.008. A lei alterou o artigo 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1.996. Importante ressaltar que caberia às Secretarias de Educação de cada estado medidas para a implementação das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo. No Estado do Paraná, as disciplinas de Filosofia e Sociologia foram implementadas segundo a Deliberação 03/08 do Conselho Estadual de Educação, que determinava a progressiva introdução das mesmas no Ensino Médio. Em 2009, no mínimo em uma série, 2010 em duas, 2011 nas três séries do Ensino Médio e em 2012 no Curso Técnico.
- 2 Em 1999 foi desenvolvida uma pesquisa pelo prof. dr. Geraldo B. Horn que buscava situar o ensino de filosofia no Estado do Paraná. O trabalho é denominado *O ensino da filosofia nas escolas públicas do Paraná: um olhar sobre a realidade local*.
- 3 O NESEF (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Ensino de Filosofia e Educação Filosófica) foi criado em 1998. O Núcleo é formado por professores universitários, do Ensino Médio e alunos da graduação de filosofia. O objetivo central é debater questões relacionadas ao ensino de filosofia, principalmente na Educação Básica, bem como desenvolver ações que buscam fortalecer a filosofia no currículo escolar.
- 4 Ao todo foram enviados 1558 *e-mails*. Por uma série de problemas técnicos, que não cabe aqui explicitar, 237 retornaram ou falharam, 44 “sofreram” spam. Assim, o total de *e-mails* enviados corresponde a 1277 que, se juntados com o número de questionários distribuídos aos professores em encontro promovido pelo NESEF, totaliza 1377 questionários. O número de respostas obtidas corresponde a 148 (135 por *e-mails* e 13 manuscritas) temos, portanto, um percentual que corresponde a 7,1% do número de professores (2065) da Rede Pública de Ensino do Estado, no ano de 2010. Um aspecto que deve ser observado é o fato de que um número expressivo dos professores não acessa os *e-mails* enviados ao expresso do portal dia a dia educação no endereço eletrônico <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>.
- 5 A informação foi obtida de lista enviada entre maio e junho de 2010 pelos representantes da disciplina de filosofia de cada Núcleo Regional de Ensino do Estado do Paraná quando do lançamento da *Antologia de textos filosóficos*, em 26 de Abril de 2010.
- 6 Os 148 questionários foram respondidos por professores dos seguintes Núcleos Regionais de Ensino: Área Metropolitana Norte: 09; Apucarana: 14; Assis Chateaubriand: 03; Campo Mourão: 01; Cascavel: 06; Cianorte: 03; Cornélio Procopio: 05; Curitiba: 24; Dois Vizinhos: 02; Foz do Iguaçu: 02; Francisco Beltrão: 01; Guarapuava: 04; Ibaiti: 03; Irati: 07; Jacarezinho: 04; Londrina: 06; Maringá: 07; Paranaguá: 02; Paranavaí: 03; Pato Branco: 01; Pitanga: 02; Ponta Grossa: 05; Toledo: 02; Umuarama: 01; Não responderam: 31.
- 7 Os técnicos que compunham a Equipe Pedagógica da Secretaria de Estado da Educação, no ano de 2004, em parecer direcionado à Superintendência de Educação, justificaram a necessidade de realização de concurso público naquele ano da seguinte maneira: No panorama nacional e,

particularmente, no Estado do Paraná, vemos configuradas condições históricas, políticas e culturais favoráveis à defesa e à afirmação da importância da disciplina de Filosofia e Sociologia no trabalho escolar. Porém, não basta a ampliação dos espaços curriculares destinados às referidas disciplinas, tal como ocorreu no ano de 2004, a partir da publicação da Instrução 11/2003 – SUED, é necessário que estas aulas sejam atribuídas a profissionais que reúnam as condições plenas de formação – e não apenas de informação – para ministrá-las. Atualmente a Rede Pública Estadual conta com um número mínimo de professores com formação específica nas referidas áreas. Para filosofia, por exemplo, em toda a história da educação pública paranaense foi realizado – em todas as suas etapas – apenas um único concurso em 1991, que resultou em 12 (doze) nomeações (fevereiro de 1992).

- 8 Na Deliberação 03/08 de 07/11/2008, que trata das normas complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia na Matriz Curricular do Ensino Médio nas instituições do Sistema de Ensino do Paraná, o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, no artigo 2, assim deliberou: a inclusão das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo de todas as séries do ensino médio, de forma gradativa, a partir de 2010, da seguinte forma: a) no mínimo em uma série a partir do ano de 2009; b) em duas séries a partir do ano de 2010; c) nas três séries, a partir do ano de 2011; d) nas quatro séries a partir do ano de 2012, para os cursos com duração de 4 anos.
- 9 O Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) é uma política educacional desenvolvida pela Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná em conjunto com representantes do Sindicato dos Professores e gestores da SEED. Este programa de formação continuada busca oferecer aos educadores a retomada de seus estudos acadêmicos em sua área de formação. O Programa é desenvolvido em parceria com Instituições Públicas de Ensino Superior do Paraná.
- 10 O *Livro didático público de filosofia do Estado do Paraná* foi elaborado a partir de materiais produzidos pelos professores da rede estadual de ensino, tais materiais, denominados “Folhas”, foram construídos de forma interativa com os professores da equipe de filosofia da Secretaria de Educação e consultoria de professores do Ensino Superior. O *Projeto Folhas* e o *livro didático* podem ser acessados em: <<http://www.diaadia.pr.gov.br/projetofolhas/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=12>>.
- 11 No Estado do Paraná o ensino de filosofia, de acordo com as Diretrizes Curriculares, orientação pedagógica esteve marcada pela consciência da necessidade do uso dos textos clássicos. As Diretrizes Curriculares, expressando o posicionamento dos professores das escolas públicas, frisa a todo momento que a tentativa de fazer filosofia sem o recurso do texto clássico está praticamente fadada ao fracasso. O problema que se apresentava, então, era o de escolher os textos a serem utilizados e reproduzi-los em escala suficiente para atender todas as escolas públicas do Paraná. Assim surgiu o projeto de publicação de um livro que reunisse diversos fragmentos de obras filosóficas que fossem considerados produtivos e interessantes ao estudo da filosofia no nível médio de ensino. A equipe disciplinar do Departamento de Educação Básica convidou, então, 20 professores de diversas universidades brasileiras para traduzir um trecho da obra de um filósofo considerado significativo ao ensino da filosofia. Às traduções foram acrescentadas introduções, notas e comentários, redigidos pelos próprios tradutores ou por outros pesquisadores, que foram reunidos num único volume intitulado *Antologia de textos filosóficos* (Texto produzido pela equipe, quando do lançamento da Antologia).
- 12 A lei que torna obrigatório o ensino de filosofia não é mágica, ou seja, é preciso, e isto se dá com o tempo, um pensar a prática pedagógica, diferentes métodos, estratégias de ensino, materiais, ou seja, criar condições de ensinabilidade da filosofia.

Referências

COMTE-SPONVILLE, A. *Uma educação filosófica e outros artigos*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- CHAUÍ, M. In: *Antologia de textos filosóficos*. MARÇAL, J. (Org.). SEED, Paraná, 2009.
- COORDENADORIA DE PROCESSOS SELETIVOS (COPS). Disponível em: <http://www.cops.uel.br/vestibular/2010/arquivos/PROGRAMA_DISCIPLINAS.PDF>. Acesso em: 22 abr. 2011.
- COSSUTA, F. *Elementos para a leitura dos textos filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- FOLSCHIED, D.; WUNENBURGER, J. J. *Metodologia filosófica*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- HORN, G. B.; VALESE, R. O sentido e o “lugar” do texto filosófico nas aulas de filosofia no Ensino Médio. In: NOVAIS, J. L. C. *A filosofia e seu ensino – Desafios emergentes*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 27-40.
- _____. *Por uma mediação praxiológica do saber filosófico no Ensino Médio: análise e proposição a partir da experiência paranaense*. Tese (Doutorado)- Faculdade de Educação da Universidade DE São Paulo, São Paulo, 2002.
- KATO, M. A. *O aprendizado da leitura*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- LEOPOLDO E SILVA, F. Currículo e formação: o ensino da filosofia. *Revista Síntese*, Belo Horizonte, v. 20, n. 63, p. 797-806, out./dez. 1993.
- OLIVEIRA, J. R. O livro didático em foco. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). *Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho*. Brasília, DF: MED, SEMTEC, 2004. p. 253-275.
- PARANÁ. *Diretrizes curriculares de filosofia para a Educação Básica*, 2009.
- PUCPR. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ. *Vestibular 2010*. Disponível em: <<http://www.vestibular.pucpr.br/arquivosUpload/5371790851272550824.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2011.
- SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SEVERINO, A. J. *Como ler um texto de filosofia*. São Paulo: Paulus, 2008. (Textos Filosóficos).
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. *Comissão Central do Vestibular Unificado*. Disponível em: <<http://www.vestibular.uem.br/manualcandidato/UEM-ManualdoCandidatoInverno2011.pdf>>. Acesso em: 22/04/2011.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Núcleo de concursos*. Disponível em: <http://www.nc.ufpr.br/concursos_institucionais/ufpr/ps2011/documentos/guia_candidato_ps2011.pdf>. Acesso em: 22/04/2011.

recebido em 30 abr. 2011 / aprovado em 23 jul. 2011

Para referenciar este texto:

VIEIRA, W. J.; HORN, G. B. Retrato atual do ensino de filosofia e do uso do texto clássico de filosofia nas escolas públicas do Paraná. *Dialogia*, São Paulo, n. 13, p. 73-98, 2011.